

EDITORIAL

Dando cumprimento a uma das missões da Revista da Faculdade de Direito da UFC, para a atualização das publicações, estamos lançando mais um número do periódico jurídico mais antigo do Estado do Ceará em atividade. Mais uma vez, damos seguimento aos trabalhos em colaboração com o Editor-Chefe Prof. Dr. William Paiva Marques Junior e a Subeditora-Chefe Profa. M.Sc. Fernanda Cláudia Araújo da Silva para a seleção, organização e confecção desta edição da RFD UFC.

O crescimento da pesquisa científica do Direito no Brasil tem demonstrado sinais de estabilidade, mesmo a despeito das crises institucionais, políticas e econômicas que o país vem sofrendo nos trinta anos de vigência da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Isso é um forte indício de que se está vivendo uma nova fase no setor de ciência e inovação em nossa área no país, historicamente relegada a um segundo plano. Há que se considerar, todavia, as idiossincrasias da área do Direito em relação a outros ramos científicos, a até mesmo de outras áreas das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas quanto à forma de fazer pesquisa.

A RFD UFC encontra-se hoje disponível em versão eletrônica através de portal próprio na Universidade Federal do Ceará, pelo endereço <http://www.revistadireito.ufc.br/> e permanece recebendo artigos em fluxo contínuo. Nesse sentido, é preciso agradecer o apoio incondicional da Diretoria da Faculdade de Direito da UFC, na pessoa do Professor José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque, que sempre envidou todos os esforços para manter viva a alma da nossa Salamanca alencarina na RFD UFC.

Reiterando o feito no último número, a mim coube elaborar as considerações editoriais. Gostaria particularmente de dedicar esta edição em memória do Prof. Dr. Arnaldo Vasconcelos, uma referência na docência e na pesquisa para várias gerações de bacharéis em Direito do Estado. O professor Arnaldo foi editor da RFD UFC em sua terceira fase, a quem sou eternamente gratos por manter esse projeto por um considerável período na Faculdade.

Seguindo os últimos números, foram selecionados 7 (sete) artigos para compor a presente edição. Inaugurando a edição, **Paulo de Tarso Brandão e Ildete Regina Vale da Silva**, da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), agraciam esta publicação com uma pesquisa em Teoria do Estado intitulada “**FRATERNIDADE COMO CATEGORIA POLÍTICA**”, discutindo-se a possibilidade de reconstrução desse conceito a partir de um reexame de seus

fundamentos no ideário revolucionário francês, concluindo-se pela sua importância como categoria política para a realização do projeto constitucional brasileiro e a realização da dignidade da pessoa humana.

Dá seguimento à publicação a pesquisa da Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC) **Fernanda Cláudia Araújo da Silva** sobre a relevância dos esforços para o fortalecimento da “**POLÍTICA CULTURAL NA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO**”, especialmente através do uso das tecnologias de uma forma que não oprimam os direitos humanos afirmados historicamente sob um lastro compromissório estabelecido pela cultura.

O terceiro artigo, do Prof. M.Sc. **Daniel Pulcherio Fensterseifer**, doutorando pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), traz uma pesquisa empírica que cuida de uma proposta de solução para os “**ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: O PROGRAMA DE JUSTIÇA TERAPÊUTICA COMO ALTERNATIVA AO SISTEMA TRADICIONAL**”, concluindo que tais programas seriam viáveis e pertinentes para resgatar os adolescentes infratores, devendo-se conceber o projeto considerando-se o perfil psicossocial desse gênero de infratores para que haja maior efetividade dos resultados.

No artigo seguinte, outro professor da UFC, **Matias Joaquim Coelho Neto**, doutorando pela Universidade de Coimbra, faz uma análise profícua acerca d“**O CONCEITO DE CONSUMIDOR NO DIREITO BRASILEIRO SOB O ENFOQUE TELEOLÓGICO**”, indo desde seus fundamentos históricos mais remotos para uma discussão aprofundada no contexto da Constituição de 1988, através de um diálogo entre os requisitos objetivos e subjetivos do elemento teleológico e as correntes doutrinárias maximalista e vertentes reducionistas quanto ao conceito de consumidor. Conclui, ao final, que a definição do caso difícil do profissional consumidor dependerá das circunstâncias do caso concreto, conforme o escopo da aquisição ou serviço contratado.

O Professor Dr. **William Paiva Marques Júnior**, também docente da UFC, apresenta algumas “**NOTAS EM TORNO DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO HUMANO À ÁGUA**”, avaliando a forma heterodoxa de construção da declaração das Nações Unidas do direito humano à água. Reputa como crucial para esse processo a mudança do paradigma de compreensão da água, da abundância para a escassez e que isso

foi propulsor das mudanças institucionais a nível global, mas ressalta o déficit existente para a universalização do acesso público e gratuito da água.

Tenho também a satisfação de contribuir com a pesquisa de **Carlos Mauro Benevides Neto**, meu primeiro orientando de pós-graduação *lato sensu* em Direito Tributário do Centro Universitário 7 de Setembro acerca d’**“O PROBLEMA DO ABUSO DE DEMANDAS JUDICIAIS TRIBUTÁRIAS SOBRE TEMAS JÁ JULGADOS EM REPERCUSSÃO GERAL: EM BUSCA DE SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS A SEREM ADOTADAS PELAS FAZENDAS PÚBLICAS ESTADUAIS”**, na qual levantam-se reflexões quanto às dificuldades ainda encontradas por contribuintes diante de práticas ultrapassadas do Fisco, notadamente o estadual, em relação à cobrança de tributos que já possuam entendimentos consolidados, no caso, em teses de repercussão geral, o que gera gastos tanto para o Poder Público quanto para o empreendedorismo em escala nacional e para a captação de investimentos estrangeiros. Propõem-se algumas medidas de autocontrole da Administração Fazendária para minimizar custos desnecessários e promover a proatividade.

Finalizando o número, contamos com a pesquisa de **Laura Nathalie Hernandez Rivera**, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, sobre a revisão das bases do serviço público nos dias atuais. O artigo é construído a partir de um problema: **“¿EXISTEN FUNDAMENTOS DEL SERVICIO PÚBLICO EN LA CONTEMPORANEIDAD?”**. Assinala a autora que o surgimento de novas formas de articulação dos serviços públicos, como as parcerias público-privadas, não afastam de todo os fundamentos dos serviços públicos, a saber, o interesse comum e o bem-estar coletivo.

Os artigos desta edição alternam entre pesquisas teóricas e práticas, em sua esmagadora maioria voltadas para um recorte em Direito Constitucional, senão em Direitos Humanos. A RFD UFC persegue o objetivo de ser um canal plural de divulgação do conhecimento científico nacional. Agradecemos a todos os autores e pareceristas que se prestaram ao esforço de contribuir para esta edição. Desejo a todos uma boa leitura.

Fortaleza, verão de 2018.

Prof. Dr. Álisson José Maia Melo¹

Editor-Colaborador da Revista da Faculdade de Direito da UFC

11

¹ Bacharel, Mestre e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da UFC. Advogado. Analista de Regulação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará. Professor substituto da UFC (2015-2016). Professor Titular do Centro Universitário 7 de Setembro.